

7

DATA DA REUNIÃO: TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E DEZOITO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSEIS HORAS E ONZE MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foram feitas as seguintes declarações políticas, a primeira sobre as “prioridades políticas confirmadas ao fim dos primeiros trinta dias de mandato” e a segunda sobre a participação de João Correia nos Jogos Mundiais da Federação Internacional de Desporto Adaptado, o que tudo constitui as subseqüentes cinco folhas.-----

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Prioridades políticas confirmadas ao fim dos primeiros 30 dias de mandato)

Fez dia 21 de novembro um mês que este executivo municipal de maioria PS tomou posse para o ciclo autárquico 2017-2021.

Os primeiros 30 dias do renovado e reforçado mandato atribuído pela população de Santo Tirso não deixam dúvidas quanto às prioridades estabelecidas para os próximos quatro anos.

Os principais eixos estratégicos da ação política do executivo municipal de maioria PS são, de facto, a **Coesão Social**, o **investimento/emprego** e a **requalificação dos espaços públicos**.

Na **Coesão Social**, o Município de Santo Tirso recebeu, pela primeira vez, a distinção de “Autarquia Familiarmente Responsável”, fruto de um conjunto de medidas de natureza social lançadas no mandato anterior para apoiar as famílias de Santo Tirso, face à grave crise em que mergulhou o País.

Ontem, em Coimbra, na cerimónia de entrega das “bandeiras verdes”, foi com orgulho que o executivo municipal de maioria PS recebeu das mãos do secretário de Estado das Autarquias Locais o prémio de “Autarquia Familiarmente Responsável”, em reconhecimento das boas práticas em matéria de políticas amigas das famílias.

Na Área Metropolitana do Porto, Santo Tirso foi o único Município a ser distinguido com o prémio de Município amigo das famílias, o que diz bem do esforço que foi desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos para apoiar os orçamentos familiares, com medidas como:

- Alívio da carga fiscal, por via do IMI, do IMI Familiar e do IRS
- Vacinas gratuitas para a primeira infância
- Transportes escolares gratuitos para todo o ciclo de escolaridade obrigatória, nomeadamente para o 10.º, 11.º e 12.º ano
- Bolsas de estudo para os alunos do Ensino Superior
- Santo Tirso Ativo em todas as freguesias
- Cheque-escolar para aquisição de material escolar
- Programa Mimar
- Plano Municipal de Emergência
- Subsídio Municipal ao Arrendamento
- Consultas gratuitas de psico-oncologia
- Entre outras medidas.

Na área do **investimento e do emprego**, decorridos apenas 30 dias à tomada de posse, o ministro da Economia já esteve em Santo Tirso para assinalar mais um investimento de uma grande empresa do setor têxtil e incentivar o Município a continuar o trabalho de apoio ao tecido empresarial local, com resultados muito positivos, nomeadamente na criação de 600 novas empresas entre 2013 e 2017 e na redução em 52 por cento da taxa de desemprego.

Por fim, nos primeiros 30 dias de mandato, o executivo municipal deu um claro sinal de que a **requalificação urbana e a mobilidade** vão estar no topo das prioridades políticas, com a apresentação dos estudos prévios relativos à revitalização de dois espaços emblemáticos da cidade: o Largo Coronel Baptista Coelho e Praça Conde S. Bento, num investimento global de 2,6 milhões de euros.

Um mês depois da tomada de posse, o executivo municipal de maioria PS congratula-se com o trabalho já desenvolvido em três dos mais importantes eixos

estratégicos definidos para o ciclo autárquico 2017-2021, fiel ao compromisso assumido para com a população de manter e aprofundar as medidas dirigidas às famílias e às empresas e continuar a mudar Santo Tirso.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 30 de novembro de 2017

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(João Correia participa pela primeira vez nos Jogos Mundiais)



O atleta de Santo Tirso João Correia vai representar pela primeira vez a Seleção Nacional nos Jogos Mundiais da Federação Internacional de Desporto Adaptado e Cadeira de Rodas, que se realizam, de hoje a 6 de dezembro, em Vila Real de Santo António.

A participação nos Jogos Mundiais é mais um momento alto na carreira desportiva do atleta paralímpico natural de Santo Tirso, depois da presença em Campeonatos do Mundo e da Europa.

Autor de um segundo lugar nos Europeus de Assen (Holanda) que valeu a Portugal a primeira medalha para o atletismo nacional em cadeira de rodas, João Correia tem como objetivo participar, pela primeira vez, nos Jogos Paralímpicos, no ano de 2020, em Tóquio, o que representaria mais um marco histórico na carreira do atleta paralímpico.

Apostado em criar as melhores condições para o bom desempenho desportivo de João Correia, o Município estabeleceu um contrato-programa com o mais prestigiado atleta de Santo Tirso de desporto adaptado em cadeira de rodas, no âmbito de uma medida lançada por este executivo municipal de maioria PS no mandato anterior, dirigida a atletas de alto rendimento e a atletas com resultados de relevo a nível nacional e internacional.

O executivo municipal de maioria PS felicita João Correia pela presença nos Jogos Mundiais que amanhã começam e deseja-lhe os maiores sucessos desportivos para as duas provas em que vai participar.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 30 de dezembro de 2017

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a long, sweeping horizontal stroke that curves upwards at the end.



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page, below the blue signature.

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

9

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30/NOVEMBRO/2017 – ATA Nº 22

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (16/11/2017)
- 2 – Retificação da ata da reunião ordinária de 02/11/2017 (item 4 da respetiva ata)
- 3 – Designação do representante do município na associação denominada “ADEPORTO – Agência de Energia do Porto”: Ratificação de despacho do presidente
- 4 – CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente – Designação do representante da câmara municipal na Direção e no Conselho Fiscal da Cooperativa
- 5 – Substituição dos representantes da autarquia nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de D. Dinis, D. Afonso Henriques, Tomaz Pelayo e Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
- 6 – Turnos das farmácias do concelho de Santo Tirso para o ano de 2018: Parecer do município: Ratificação de despacho do presidente
- 7 – Atribuição de prémios de mérito escolar 2016/2017: Retificação da deliberação da câmara municipal de 07/09/2017 (item 9 da respetiva ata)
- 8 – Proposta da 1ª alteração ao Regulamento de Transportes Escolares: Início do procedimento
- 9 – Proposta de regulamento interno para o funcionamento do “Centro Integra”
- 10 – Protocolo de colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso e a Direção-Geral de Saúde no âmbito da promoção da alimentação saudável: Ratificação
- 11 – Empreitada: “Remodelação do Nó da Variante à EN 105 em Santo Tirso – Ponte de Frádegas”: Decisão de contratar
- 12 – Sombreadores de espaços afetos a estacionamento com estrutura ligeira e cobertura em tela permeável: Reconhecimento de isenção de controlo prévio



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

10

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

- 13 – Renovação de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior para o ano letivo 2017/2018 – aprovação da lista definitiva das candidaturas admitidas e não admitidas.**
- 14 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe para apoio ao arrendamento da “Casa do Meio Caminho”**
- 15 – Proposta de atribuição de subsídio à Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Miguel das Aves: Festas em honra de Santo André**
- 16 – Proposta de atribuição de subsídio à Paróquia de Couto-Santa Cristina: Festas em honra de Santo André**

Santo Tirso, 27 de novembro de 2017

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

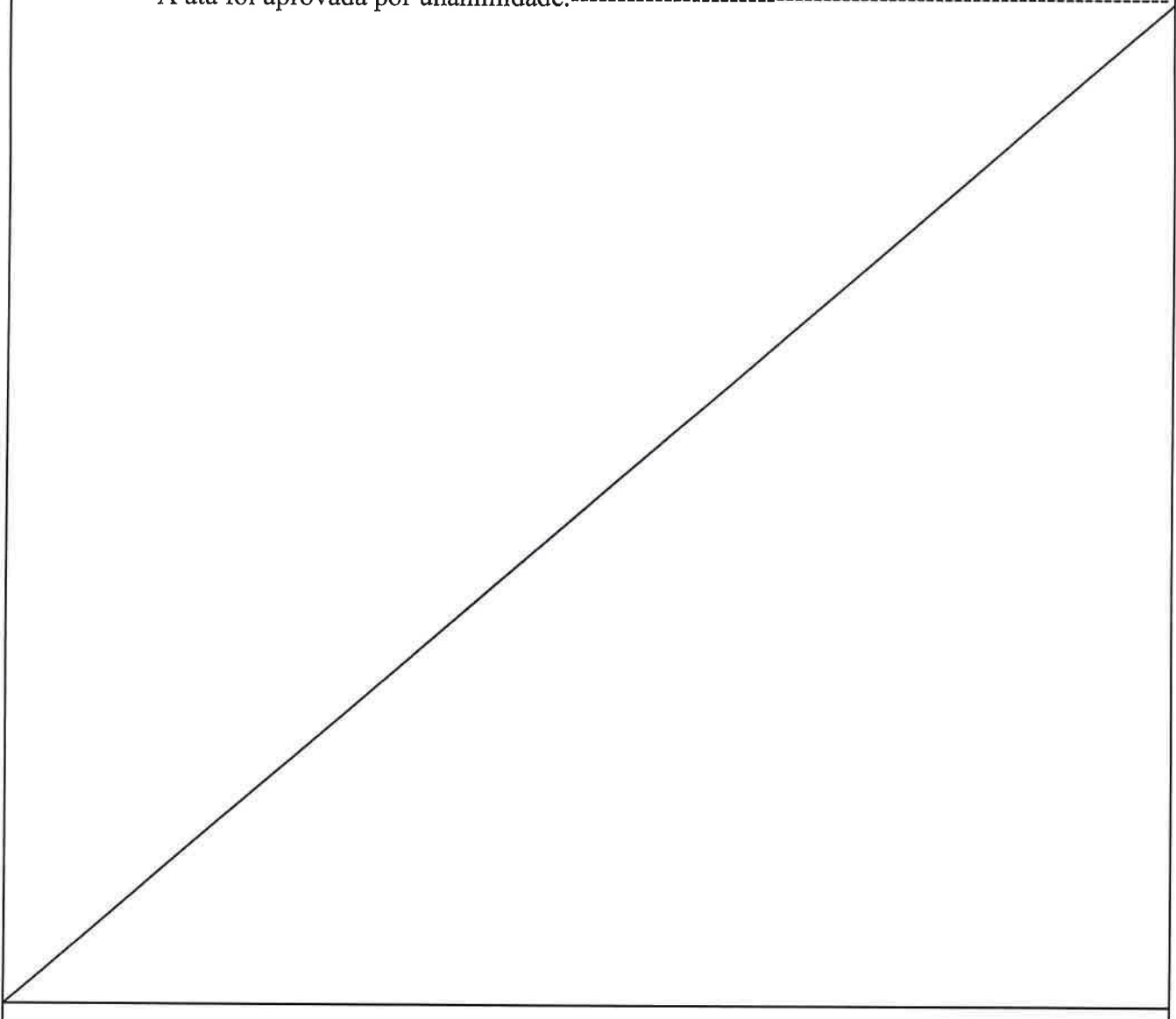


1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16/11/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia dezasseis do corrente mês de novembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

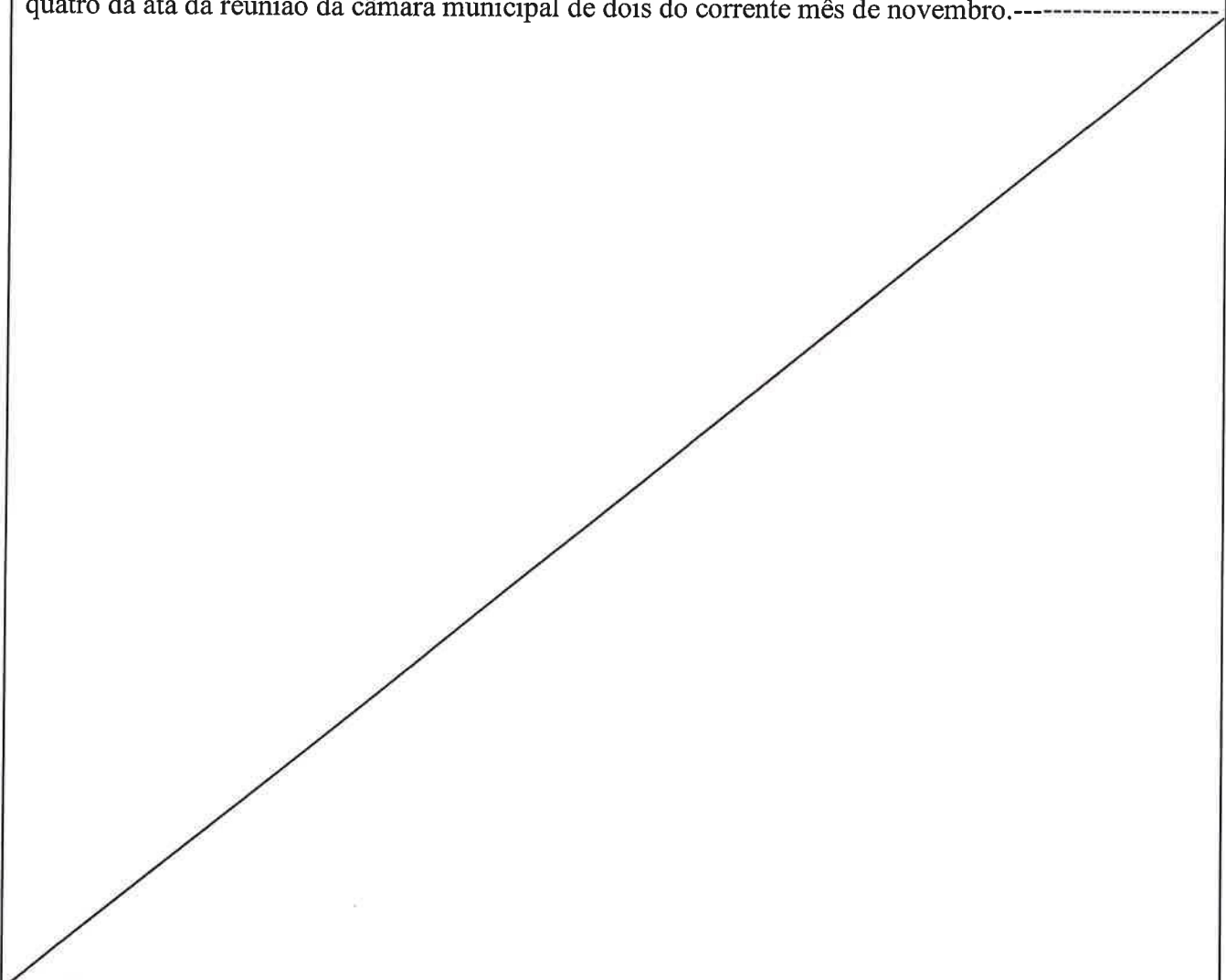




2. RETIFICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/11/2017 (ITEM 4 DA RESPETIVA ATA).-----

Na sequência da deliberação da câmara municipal de dezasseis do corrente mês de novembro (item dois da respetiva ata) foi presente o texto retificado relativo ao item quatro da ata da reunião extraordinária realizada no dia dois do corrente mês de novembro, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação do texto relativo ao item quatro da ata da reunião da câmara municipal de dois do corrente mês de novembro.-----





4. EMPREITADA: “ARRUAMENTO DE LIGAÇÃO DO CEMITÉRIO DE VILARINHO A PARADELA – 2ª FASE”: APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----

Presente a minuta do contrato da empreitada acima identificada, para efeitos de aprovação, a celebrar na sequência do despacho de adjudicação do presidente da câmara municipal, de um de setembro último, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, por deliberação de trinta de outubro de dois mil e treze.-----

A câmara deliberou, por votação nominal, e por unanimidade, aprovar a minuta do referido contrato, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.---

No momento da discussão da proposta, interveio a senhora vereadora Dra. Andreia Neto, tendo referido o seguinte:-----

“Gostaria de saber qual o motivo porque a obra foi interrompida no dia imediatamente a seguir às eleições”.-----

O senhor presidente esclareceu que “tinham surgido uns problemas relacionados com questões topográficas do terreno”.-----



7

3. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA “ADEPORTO – AGÊNCIA DE ENERGIA DO PORTO”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente, para ratificação, o despacho do senhor presidente da câmara de vinte e três do corrente mês de novembro, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, que designou a senhora vereadora Eng^a Ana Maria Moreira Ferreira para representação do município na associação acima identificada.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido mandar a senhora vereadora Engª Ana Maria Moreira Ferreira para representação do município na Associação denominada ADEPORTO – Agência de Energia do Porto, não só para participação nas respetivas Assembleias Gerais, mas também para o exercício dos demais direitos dos associados, designadamente os previstos no artº 5º dos Estatutos daquela associação.-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

O município de Santo Tirso é associado da associação denominada ADEPORTO – Agência de Energia do Porto, conforme deliberação da assembleia municipal de 24 de junho de 2010 (item 2 da respetiva ata);-----

Nos termos do nº 2 do artº 6º dos respetivos estatutos, *“Os associados que sejam pessoas coletivas far-se-ão representar no seio da Associação por pessoa singular, designadamente para a prática de atos de gestão corrente, desde que devidamente mandatada para o efeito”*.-----

Nos termos da alínea oo) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal *“Designar o representante do município na assembleia geral das empresas locais, assim como os seus representantes em quaisquer outras entidades nas quais o município participe, independentemente de integrarem ou não o perímetro da administração local.”*, sendo esta competência indelegável.-----

Sucede que o município recebeu uma convocatória para a Assembleia Geral daquela Associação, a realizar no próximo dia trinta do corrente mês de novembro, dia da próxima reunião da câmara municipal;-----

Por razões de agenda, não é possível marcar uma reunião extraordinária antes daquela data;-----

Pelo que, face à urgência do assunto e nos termos da norma acima citada profiro o presente despacho.-----

Ratifique-se na próxima reunião de câmara.-----

Santo Tirso, 23 de novembro de 2017

O Presidente,



**4. CAID - COOPERATIVA DE APOIO À INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE –
DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NA DIREÇÃO E NO
CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA.**-----

Presente informação da Chefe da Divisão Jurídica, de vinte e quatro do corrente mês de novembro, registada com o número onze mil quatrocentos e oitenta e oito, a informar que compete à câmara municipal designar o seu representante na Direção e no Conselho Fiscal da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o disposto nos Estatutos da Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente;-----

Nos termos do artigo 36º dos referidos Estatutos, a direção é composta por três membros, sendo um presidente, um tesoureiro e um secretário;-----

O presidente representa a câmara municipal de Santo Tirso, e é designado nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 8º do Decreto-lei 31/84, de 21 de janeiro, sendo os restantes membros eleitos em assembleia geral;-----

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º dos mesmos estatutos, que dispõe sobre o conselho fiscal, o respetivo presidente representa a câmara municipal de Santo Tirso e é designado nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 8º do aludido diploma legal;-----

Proponho que a câmara municipal delibere manter a designação dos seguintes membros da direção e conselho fiscal da Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente:-----

Presidente da Direção - O senhor Vereador Dr. Alberto Manuel Martins da Costa;-----

Presidente do Conselho Fiscal – O senhor Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal, de harmonia com o previsto na parte final do n.º 3 do artigo 55º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse que a votação fosse feita por escrutínio secreto, o que foi aprovado por unanimidade.-----



A handwritten signature in blue ink, with a large 'X' mark above it.

Foi decidido proceder à votação em separado para cada um dos presidentes dos órgãos atrás identificados, tendo sido escrutinados nove votos “sim” relativamente a cada um dos presidentes dos aludidos órgãos.-----



5. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICIPIO NOS CONSELHOS GERAIS PERMANENTES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SANTO TIRSO E DA ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE S. BENTO.-----

Presente informação da Divisão de Educação de vinte e oito do corrente mês de novembro, registada com o número onze mil seiscientos e trinta e dois, a informar sobre a constituição dos Conselhos Gerais previstos no n.º 2 do artigo 12º do Decreto-lei 75/2008, de 22 de abril, que devem salvaguardar a participação de representantes do município.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista no n.º 4 do artigo 14º do Decreto-lei 75/2008, de 22 de abril, e com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse designar os representantes do município para cada um dos conselhos gerais a seguir identificados:----

a. Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Dinis

Alteração da deliberação da câmara municipal de catorze de outubro de dois mil e catorze, passando o Conselho Geral a integrar os seguintes elementos:-----

- Eng.ª Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares (Vereadora);-----
- Dr.ª Maria de Lurdes Ferreira Santos (Presidente da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei);-----

- Prof.º Vitor Manuel Carvalho Matos (Divisão de Desporto);-----

b. Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tomaz Pelayo

Alteração da mesma deliberação da câmara municipal, posteriormente alterada por deliberação de trinta de julho de dois mil e quinze, passando o Conselho Geral a integrar os seguintes elementos:-----

- Eng.ª Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares (Vereadora);-----
- Dra. Paula Maria Brandão da Silva (Chefe da Divisão de Ação Social, em regime de substituição);-----



- Dra. Mafalda Patrícia Silva Azevedo Fontão (Técnica Superior, afeta à Divisão de Educação).-----

c. Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques

Alteração da mesma deliberação da câmara municipal de catorze de outubro de dois mil e catorze, passando o Conselho Geral a integrar os seguintes elementos:-----

- Eng.ª Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares (Vereadora);-----
- Joaquim Ribeiro Faria (Presidente da Junta de Freguesia de Vila das Aves);-----
- Dr.ª Manuela Teixeira da Silva (Chefe da Divisão de Educação, em regime de substituição).-----

d. Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de S. Martinho

Manter a designação efetuada por deliberação da câmara municipal de treze de julho último, conforme a seguir se indica:-----

- Marco Paulo Pinto da Cunha (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo);-----
- Arquiteto Romeu Gilberto Ferreira Lima (Técnico Superior afeto à Divisão de Projetos e Empreitadas);-----
- Dra. Ana Maria Ferreira Mendes (Técnica Superior afeta à Divisão de Educação).-----

e. Conselho Geral da Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento

Alteração da aludida deliberação da câmara municipal de catorze de outubro de dois mil e catorze, passando o Conselho Geral a integrar os seguintes elementos:-----

- Eng.ª Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares (Vereadora);-----
- Arquiteta Alexandra Carla Almeida Castro Moreira (Chefe de Divisão do Ambiente e Sustentabilidade, em regime de substituição);-----
- Dr. Álvaro Brito Moreira (Chefe de Divisão de Património e Museus, em regime de substituição).-----



Esta deliberação não compromete o cumprimento do período total de mandato destes órgãos que, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 16.º do referido Decreto-lei 75/2008, é de quatro anos. Findo o mandato em curso, proceder-se-á à designação dos representantes da autarquia para cada um dos Conselhos Gerais supra identificados, para o exercício de um novo mandato.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP.-----

No momento da discussão da proposta, pela senhora vereadora Dra. Andreia Neto, foi dito que pretendia alguns esclarecimentos sobre este assunto. Questionou qual o critério para a designação dos membros destes Conselhos Gerais, nomeadamente porque é que uns constam presidentes de junta e doutros não, como por exemplo a Escola Secundária Tomaz Pelayo e a Escola Profissional Agrícola. “Qual o critério para constar presidentes de junta uns e não constar noutros?”

Pelo senhor presidente da câmara foi dito que “O critério é o da escolha pessoal, independentemente de serem presidentes de junta ou não”-----

Seguidamente, a senhora vereadora Eng.ª Silvia Tavares prestou também o seguinte esclarecimento:-----

Com a sua designação, em substituição da anterior vereadora com a gestão na área da educação, na escola Secundária Tomaz Pelayo não fazia sentido manter o presidente da junta de freguesia da União de Freguesia de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira. E quanto ao Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, foi o presidente da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos que pediu para sair, e que por isso fazia todo o sentido designar o presidente da junta de freguesia onde se situa a escola sede daquele Agrupamento.-----

De seguida a senhora vereadora Dra. Andreia Neto pediu novamente a palavra, referindo que tinha outros esclarecimentos a solicitar. Disse que gostaria de saber qual o critério para haver



4

peçoas nestes Conselhos Gerais que nada têm a ver com a Divisão de Educação, de que cita, apenas a título de exemplo, a Escola de S. Martinho do Campo, para o qual foi designado o Arquitecto Romeu Lima, da Divisão de Projetos e Empreitadas.-----

Disse que “se me explicar que existe um critério... mas numas situações há pessoas ligadas à Divisão de Educação e noutras não há”.-----

O senhor presidente interveio e disse “nada mais ter a acrescentar aos esclarecimentos já dados. Que as ilações feitas pela senhora vereadora são suas, não do presidente da câmara”.-----

Seguidamente procedeu-se à votação da proposta, cujo resultado está acima expresso.-----

Depois da votação o senhor presidente da câmara municipal fez a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta apresentada essencialmente pelas razões seguintes:

1. Estamos em início de mandato e havia necessidade de adaptar a definição de novos vereadores à representação dos Conselhos Gerais, nomeadamente a nova vereadora da educação, Eng.ª Silvia Tavares.-----

2. Também em função do resultado das últimas eleições e face à desistência do senhor presidente da junta de S. Tomé de Negrelos do Agrupamento onde participava foi necessário substituí-lo pelo senhor presidente da junta de freguesia de Vila das Aves.-----

3. Este modelo de representações funcionou bem no mandato anterior e não haveria razões para o alterar”.-----



6. ESCALA DE SERVIÇO PERMANENTE DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO PARA O ANO DE 2018: PARECER DO MUNICÍPIO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.

Presente comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., enviada por e-mail de dezasseis do corrente mês de novembro, registado com o número vinte e nove mil duzentos e trinta e sete, a remeter a escala de turnos das farmácias do concelho de Santo Tirso para o ano de dois mil e dezoito e a solicitar o parecer da câmara municipal de Santo Tirso, relativamente à referida escala de turnos de serviços das farmácias deste concelho, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 3º da Portaria 277/2012, de 12 de setembro, alterada pela Portaria 14/2013, de 11 de janeiro.

Os regimes propostos são os seguintes:

1. Regime de turnos de serviço permanente

- Farmácia Central – Santo Tirso;
- Farmácia Fernandes Machado – Santo Tirso;
- Farmácia Salutar – Santo Tirso;
- Farmácia Faria – Santo Tirso;
- Farmácia Vilalva – Santo Tirso;

2. Regime de turnos de disponibilidade

- Farmácia das Fontainhas – Vila das Aves;
- Farmácia Coutinho – Vila das Aves.

As farmácias de turno de serviço permanente mantêm-se em funcionamento, ininterruptamente, desde a hora de abertura até à hora de encerramento do dia seguinte.

As farmácias de turno de regime de disponibilidade têm de assegurar que um farmacêutico ou um auxiliar legalmente habilitado esteja disponível para atender o público que o solicite, em caso de urgência.

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte



e quatro do corrente mês de novembro, que deu parecer favorável à escala de turnos de serviço das farmácias do concelho de Santo Tirso, nos termos propostos pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----

DESPACHO



Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido, com fundamento na informação jurídica de vinte e dois do corrente mês de novembro, registada com o número onze mil quatrocentos e quinze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, da qual consta que a escala de turnos de serviço permanente das farmácias do concelho de Santo Tirso para o ano de 2018 cumpre os requisitos legalmente previstos e assegura o permanente e efetivo acesso dos cidadãos ao medicamento em situações de urgência, emitir parecer favorável à escala de turnos de serviço das farmácias do concelho de Santo Tirso, nos termos propostos pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, conforme email de dezasseis do corrente mês de novembro, registado com o nº 29237.-----
Anexa-se ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes cinco folhas, os calendários para os regimes propostos relativamente às farmácias do concelho de Santo Tirso, a seguir referidas:-----

1. Regime de turnos de serviço permanente

- Farmácia Central – Santo Tirso;
- Farmácia Fernandes Machado – Santo Tirso;
- Farmácia Salutar – Santo Tirso;
- Farmácia Faria – Santo Tirso
- Farmácia Vilalva – Santo Tirso.

2. Regime de turnos de disponibilidade

- Farmácia das Fontainhas – Vila das Aves
- Farmácia Coutinho – Vila das Aves.

A Administração Regional de Saúde do Norte solicitou que o parecer fosse emitido até ao dia vinte e sete do corrente mês de novembro.-----

A competência para emitir o parecer é da câmara municipal.-----

Sucedo que, por razões de agenda, não é possível marcar uma reunião extraordinária antes daquela data;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Pelo que, face à urgência do assunto e nos termos da norma acima citada
profiro o presente despacho.-----

Ratifique-se na próxima reunião de câmara.-----

Santo Tirso, 24 de novembro de 2017

O Presidente,

25

ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO



Associação Nacional de Farmácias

Distrito de PORTO

Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março
(na redacção actual)

N.º 1 ART.º 11º

SERVIÇO PERMANENTE

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2018	JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
	07	14	21	28				04	11	18	25				04	11	18	25			
DOM																					
SEG	01	08	15	22	29			05	12	19	26				05	12	19	26			
TER	02	09	16	23	30			06	13	20	27				06	13	20	27			
QUA	03	10	17	24	31			07	14	21	28				07	14	21	28			
QUI	04	11	18	25				08	15	22					08	15	22	29			
SEX	05	12	19	26				09	16	23					09	16	23	30			
SAB	06	13	20	27				10	17	24					10	17	24	31			

FERIADOS OBRIGATORIOS E FACULTATIVOS

1 de janeiro	30 de março	1 de abril	25 de abril	1 de maio	31 de maio
10 de junho	15 de agosto	5 de outubro	1 de novembro	1 de dezembro	8 de dezembro
25 de dezembro	OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABRANGIDO PELO C.C.T.				

Data de emissão: 17.10.2017

Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março
(na redacção actual)
N.º 1 ART.º 11º

SERVIÇO PERMANENTE

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2018		ABRIL							MAIO							JUNHO						
	01	08	15	22	29			06	13	20	27		03	10	17	24						
DOM	Ea	Bb	Da	Ab	Ca			Eb	Ba	Db	Aa		Cb	Ea	Bb	Da						
SEG	Aa	Cb	Ea	Bb	Da			Ab	Ca	Eb	Ba		Db	Aa	Cb	Ea						
TER	Ba	Db	Aa	Cb				Ea	Bb	Da	Ca		Eb	Ba	Db	Aa						
QUA	Ca	Eb	Ba	Db				Aa	Cb	Bb	Da		Ab	Ca	Eb	Ba						
QUI	Da	Ab	Ca	Eb				Ba	Db	Cb	Ea		Bb	Da	Ab	Ca						
SEX	Ea	Bb	Da	Ab				Ca	Eb	Db		01	Aa	Ea	Bb	Da						
SAB	Aa	Cb	Ea	Bb				Da	Ab	Eb		02	Ba	Aa	Cb	Ea						

FERIADOS OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS

1 de janeiro	30 de março	1 de abril	25 de abril	1 de maio	31 de maio
10 de junho	15 de agosto	5 de outubro	1 de novembro	1 de dezembro	8 de dezembro
25 de dezembro					

OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABANDONADO DELOCA T

Data de emissão: 17.10.2017

ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO



Distrito de PORTO
Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março
(na redacção actual)
N.º 1 ART.º 11º

SERVIÇO PERMANENTE

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2018	JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
	01	08	15	22	29			05	12	19	26				02	09	16	23	30		
DOM	A b	C a	E b	B a	D b			A a	C b	E a	B b				D a	A b	C a	E b	B a		
SEG	B b	D a	A b	C a	E b			B a	D b	A a	C b				E a	B b	D a	A b			
TER	C b	E a	B b	D a	A b			C a	E b	B a	D b				A a	C b	E a	B b			
QUA	D b	A a	C b	E a				D a	A b	C a	E b				B a	D b	A a	C b			
QUI	E b	B a	D b	A a				E a	B b	D a	A b				C a	E b	B a	D b			
SEX	A b	C a	E b	B a				A a	C b	E a	B b				D a	A b	C a	E b			
SAB	B b	D a	A b	C a				B a	D b	A a					E a	B b	D a	A b			

FERIADOS OBRIGATORIOS E FACULTATIVOS

1 de janeiro	30 de março	1 de abril	25 de abril	1 de maio	31 de maio
10 de junho	15 de agosto	5 de outubro	1 de novembro	1 de dezembro	8 de dezembro
25 de dezembro	OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABRANGIDO PELO C.C.T.				

Data de emissão: 17.10.2017

ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO



Distrito de PORTO

Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março
(na redacção actual)

N.º 1 ART.º 11º

SERVIÇO PERMANENTE

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2018	OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
	07	14	21	28				04	11	18	25				02	09	16	23	30		
DOM		D b	A a	C b	E a			B b	D a	A b	C a				E b	B a	D b	A a	C b		
SEG	01	08	15	22	29			05	12	19	26				03	10	17	24	31		
TER	02	09	16	23	30			06	13	20	27				04	11	18	25			
QUA	03	10	17	24	31			07	14	21	28				05	12	19	26			
QUI	04	11	18	25				08	15	22	29				06	13	20	27			
SEX	05	12	19	26				09	16	23	30				07	14	21	28			
SAB	06	13	20	27				10	17	24					08	15	22	29			

FERIADOS OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS

1 de janeiro	30 de março	1 de abril	25 de abril	1 de maio	31 de maio
10 de junho	15 de agosto	5 de outubro	1 de novembro	1 de dezembro	8 de dezembro
25 de dezembro	OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABRANGIDO PELO C.C.T.				

Data de emissão: 17.10.2017

LEGENDA DAS FARMÁCIAS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

Distrito de PORTO

Data de emissão: 17.10.2017

A	CENTRAL - SANTO TIRSO	Permanente
B	FERNANDES MACHADO - SANTO	Permanente
C	SALUTAR - SANTO TIRSO	Permanente
D	FARIA - SANTO TIRSO	Permanente
E	VILALVA - SANTO TIRSO	Permanente
a	DAS FONTAINHAS - VILA DAS AV	Disponibilidade
b	COUTINHO - VILA DAS AVES	Disponibilidade



7. ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR 2016/2017: RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 07/09/2017 (ITEM 9 DA RESPETIVA ATA).-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e quatro do corrente mês de novembro, registada com o número onze mil quatrocentos e noventa e sete, a comunicar, pelas razões constantes daquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, que deve ser alterada a deliberação da câmara municipal de sete de setembro último (item nove da respetiva ata), relativa à atribuição de prémios de mérito escolar, no sentido de anulação do prémio de melhor aluno do 10º ano de escolaridade do Instituto Nun'Alvres à aluna Alexandra Miguel Ferreira Silva Couto e a sua atribuição ao aluno Diogo Sousa Matos.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação, no montante de 300,00 € (trezentos euros) está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 4179/2017, de vinte e oito do corrente mês de novembro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



8. PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS TRANSPORTES ESCOLARES: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação de catorze do corrente mês de novembro, da Divisão de Educação, registada com o número onze mil e quarenta e um, a propor alterações ao Regulamento municipal acima referido, que tem por objeto disciplinar a organização, funcionamento e o financiamento dos transportes escolares do concelho de Santo Tirso.-----

Com as alterações a introduzir ao aludido Regulamento, aprovado pela câmara municipal em reunião de trinta de junho de dois mil e dez, pretende-se adaptar o mesmo às posteriores alterações legislativas e a intenção de se manter o alargamento da comparticipação dos transportes escolares aos alunos do ensino secundário e aos alunos matriculados no ensino articulado.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de 1ª alteração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Técnica Superior Dra. Ana Maria Mendes, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração da proposta de 1ª alteração ao dito regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração das alterações àquele regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta



deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

No momento da discussão da proposta que antecede, interveio a senhora vereadora Dra. Andreia Neto, que disse, em síntese, o seguinte:-----

“Requer o envio do atual Regulamento, em virtude de não terem acesso ao mesmo e já ter sido aprovado pela câmara municipal em dois mil e dez. Questionou ainda, face aos considerandos que constam da informação técnica, porque é que só agora se promove esta 1ª alteração?-----

O senhor presidente respondeu que responderia à questão colocada na próxima reunião da câmara.-----

Depois da votação da proposta, pela senhora vereadora Dra. Andreia Neto, foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“O nosso voto vai no sentido de aprovar este início de procedimento no que diz respeito à 1ª alteração ao Regulamento dos Transportes Escolares, percebendo a importância que o mesmo assume para o município. Lamentamos, no entanto, não ter sido respondida a questão colocada a propósito do porquê de apenas agora ser levantada esta primeira alteração; aguardamos pela resposta na próxima reunião de câmara, conforme foi transmitido pelo senhor presidente”.-----



**9. PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO PARA O FUNCIONAMENTO DO
“CENTRO INTEGRA”.-----**

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e quatro do corrente mês de novembro, registada com o número onze mil quinhentos e três, a comunicar que no âmbito do Programa Operacional Norte 2020 o município apresentou uma candidatura inserida no objetivo temático 10 – Educação, Formação e Qualificação, que assenta no desenvolvimento do projeto denominado “Ag(ir) para o Sucesso Escolar”, que integra ações que incidem no 1º ciclo do ensino básico.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi proposto que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse:-----

A) Aprovar a estrutura de desenvolvimento das ações previstas, Centro Local de Apoio Integrado à Promoção do Sucesso Escolar, designado “Centro Integra”;-----

B) Aprovar o Regulamento de funcionamento do “Centro Integra”, do qual se anexa à ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por onze folhas, que fica desde já rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião;-----

C) Designar o coordenador do referido Centro – Professor Doutor Eusébio André da Costa Machado, docente na Escola Secundária Tomaz Pelayo;-----

D) Designar o representante da câmara municipal no conselho consultivo previsto no artigo 9º do referido Regulamento – Vereadora Eng.ª Silvia Manuela da Costa Ferreira Tavares.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal das referidas propostas, que foram aprovadas por unanimidade.-----



10. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A DIREÇÃO-GERAL DE SAÚDE NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Protocolo de Colaboração assinado entre o município de Santo Tirso e a Direção – Geral de Saúde no dia dezasseis de outubro findo, que tem por objeto estabelecer a colaboração entre as partes, no âmbito da promoção da alimentação saudável no município de Santo Tirso, alinhada com a Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável.-----

O senhor presidente submeteu a decisão de celebração do aludido Protocolo à câmara municipal.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o referido Protocolo, do qual se anexa à ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma.-----



11. EMPREITADA: “REMODELAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE À EN 105 EM SANTO TIRSO – PONTE DE FRÁDEGAS”: DECISÃO DE CONTRATAR.-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de nove do corrente mês de novembro, registada com o número 2275/CPN/E/2017, a comunicar que na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e seis de outubro findo (item dez da respetiva ata) procederam à análise dos preços unitários considerados no orçamento inicial do projeto e que serviram para o cálculo do valor base do anterior concurso público, tendo concluído que resulta a alteração do valor base do concurso para 1.795.615,88 € (um milhão setecentos e noventa e cinco mil seiscentos e quinze euros e oitenta e oito cêntimos), mais IVA, essencialmente devido à alteração dos preços unitários das estruturas de betão armado e pavimentação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse:-----

1. Aprovar as peças do procedimento concursal de formação do contrato de empreitada acima referido, que é integrado pelo programa de procedimento e caderno de encargos, integrado pelo projeto de execução e demais elementos referidos na informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e seis de julho último, e na lista anexa à mesma, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo o anexo III da mesma;-----

2. Autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 19.º do mesmo Código; -----

O preço base da obra é de 1.795.615,88 € (um milhão setecentos e noventa e cinco mil seiscentos e quinze euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e o prazo de execução da empreitada é de duzentos e setenta dias.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, que fica dotada de verba suficiente nos anos



económicos de execução do contrato (2017 e 2018), ficando cativa no ano em curso a importância de 3.352,83 € (três mil trezentos e cinquenta e dois euros e oitenta e três cêntimos), para abertura do procedimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3142/2017, de trinta e um de outubro findo.-----

Da execução do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, sendo que a autorização para a assunção de encargos plurianuais foi dada genericamente pela assembleia municipal em sessão de vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis, conforme resulta do artigo 31º, n.º 1, alínea a) das Normas de Execução Orçamental e da previsão plurianual constante do PPI relativamente ao projeto/ação 2017/I/27.-----

3. Designar o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros efetivos:-----

- Presidente – Eng.ª Emília Isabel Oliveira Martins Gonçalves – Técnica Superior;-----

- Dra. Diana Paula Ferreira Salgado – Técnica Superior, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

-Dra. Maria Alcina Marques Oliveira – Chefe da Divisão Financeira;-----

Membros suplentes:-----

- Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia – Chefe da Divisão da Contratação Pública;--

-Eng.ª Maria Fernanda Pires de Lima Silva Coelho – Chefe do Serviço de Gestão do Parque Escolar.-----

4. Declarar, com fundamento na aludida informação técnica, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e demais elementos que o integram, e que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação



aplicável.-----

5. Delegar no júri do procedimento a competência para a prestação dos esclarecimentos que sejam solicitados pelos interessados, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como proceder a eventuais retificações das mesmas.-----

Após discussão e votação nominal, as propostas foram aprovadas por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta de decisão de contratar através de concurso público a empreitada em causa, face à necessidade e a urgência na resolução dum problema de acessibilidade à cidade de Santo Tirso. Não deixamos contudo de estranhar a publicação em Diário da República do 1º concurso em doze de junho de dois mil e dezassete, em pleno período de pré-campanha, para cinco meses depois, estar a ser elaborado novo concurso com valor base 50% acima do valor inicialmente previsto”.-----



12. SOMBREADORES DE ESPAÇOS AFETOS A ESTACIONAMENTO COM ESTRUTURA LIGEIRA E COBERTURA EM TELA PERMEÁVEL: RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DE CONTROLO PRÉVIO.-----

Presente informação da Chefe da Divisão de Licenças e Urbanismo, de oito do corrente mês de novembro, registada com o número dez mil novecentos e um, a propor com a fundamentação constante da mesma informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, que a câmara municipal delibere que não estão sujeitas a controlo prévio a colocação de sombreadores de espaços afeto a estacionamento, no âmbito de operações urbanísticas já aprovadas, com estrutura ligeira e cobertura em tela amovível e permeável, nem contabilizam para efeitos de áreas de implantação e construção.-----

Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou aprovar a proposta apresentada pela referida Divisão, por unanimidade.-----

No momento da discussão da proposta, pela senhora vereadora Dra. Andreia Neto foi dito:-----

“Segundo o que percebi, os sombreadores de espaços afetos a estacionamento com estrutura ligeira e cobertura em tela permeável, deixam de estar sujeitos a controlo prévio, ou seja o que se permite é que essas estruturas sejam instaladas, deixando de ser necessário controlo prévio do município. Não deveríamos deixar alguma ressalva no que se refere ao impacto que essas estruturas possam ter, nomeadamente o impacto na paisagem?”-----

Pelo senhor presidente foi esclarecido:-----

“A instalação dos sombreadores fica isenta de controlo prévio. Mas quem os instala tem de cumprir na mesma a legislação e as normas regulamentares. Se não cumprir, a câmara manda, eventualmente, retirar. Há sempre fiscalização a posteriori. Mas este procedimento facilita a vida aos requerentes”.-----

Seguidamente procedeu-se à votação da proposta, cujo resultado está acima expresso.-----



13. RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – APROVAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DAS CANDIDATURAS ADMITIDAS E NÃO ADMITIDAS.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e quatro do corrente mês de novembro, registada com o número onze mil quatrocentos e noventa e quatro, a comunicar o resultado da audiência prévia efetuada na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e seis de outubro findo (item catorze da respetiva ata).-----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal deliberasse aprovar a lista definitiva das candidaturas, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma.--

B) Que, de harmonia com o disposto no respetivo Regulamento, a câmara municipal deliberasse atribuir bolsas de estudo aos alunos identificados na referida lista definitiva no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) cada uma, o que perfaz o valor global de 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3410/2017.

Os respetivos compromissos estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 4213/2017, 4212/2017, 4206/2017, 4211/2017, 4208/2017, 4214/2017, 4205/2017, 4207/2017, 4215/2017, todos desta data.-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----



14. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – PROJETO “CÓDIGOS DE VIDA”.

Presente ofício de vinte e oito de agosto último, da Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, registado com o número vinte e um mil oitocentos e vinte e três, a solicitar a continuação do apoio do município ao projeto “Códigos de Vida”, que tem por objetivo a reinserção de toxicodependentes abstinentes, promovendo a aquisição de competências sociais e pessoais, sensibilizar a sociedade no sentido de facilitar este processo e criar condições facilitadoras para a sua inserção profissional.

O expediente vem informado pela Divisão de Ação Social, conforme informação de catorze de setembro último, registada com o número nove mil e quarenta e cinco, que refere que o projeto em causa se tem revelado uma mais valia no concelho de Santo Tirso no âmbito da reinserção de toxicodependentes e alcoólicos abstinentes, sendo a “Casa do Meio Caminho”, sita em S. Tiago da Carreira, um equipamento social único a nível nacional, e que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe teve nova oportunidade para a continuidade do respetivo programa por mais dois anos. Pelo que sugerem a manutenção do subsídio à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, no montante global de 7.200,00 € (sete mil e duzentos euros), para apoio ao arrendamento duma habitação sita em S. Tiago da Carreira, pelo período de dois anos (outubro de dois mil e dezassete a setembro de dois mil e dezanove).

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe um subsídio no montante global de 7.200,00 € (sete mil e duzentos euros) para apoio ao arrendamento da referida habitação, no período atrás indicado.

As despesas inerentes a esta deliberação serão suportadas pela rubrica orçamental com a



classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento número 2751/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 3566/2017, de vinte e um de setembro último, para o período de outubro a dezembro do ano em curso.-----

No início dos anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove deve ser efetuado o registo do compromisso relativo aos respetivos exercícios.-----

Da presente deliberação resultam compromissos plurianuais nos anos económicos de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, cuja autorização foi delegada no presidente da câmara por deliberação da assembleia municipal de vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis, conforme consta do n.º 3 do artigo 31º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

Após discussão, a proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.



15. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA DA PARÓQUIA DE S. MIGUEL DAS AVES: FESTAS EM HONRA DE SANTO ANDRÉ.-----

Presente ofício da Comissão de Festas de Santo André - Vila das Aves, de doze de setembro último, registado com o número vinte e oito mil novecentos e noventa e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santo André, que decorrem de trinta de novembro a três de dezembro.-----

Do expediente consta informação da Divisão de Património e Museus, de vinte e dois do corrente mês de novembro, registada com o número onze mil trezentos e oitenta e seis, a propor a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que aqui se deslocam por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) à Paróquia de S. Miguel das Aves para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santo André.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3446/2017.-----



O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 4196/2017, de vinte e nove do corrente mês de novembro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



16. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À PARÓQUIA DE COUTO-SANTA CRISTINA: FESTAS EM HONRA DE SANTO ANDRÉ.-----

Presente ofício da Fábrica da Igreja de Couto (Santa Cristina), de catorze de setembro último, registado com o número vinte e quatro mil novecentos e noventa e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santo André, que decorrem de trinta de novembro a três de dezembro.-----

Do expediente consta informação da Divisão de Património e Museus, de vinte e cinco de outubro findo, registada com o número dez mil quatrocentos e dezoito, a propor a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que aqui se deslocam por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) à Paróquia de Santa Cristina do Couto para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santo André.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3319/2017.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 22 Fl. 46
30 de novembro de 2017

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 4194/2017, de vinte e nove do corrente mês de novembro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Nenhuma das pessoas presentes quis intervir.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dezassex horas e onze minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e oito folhas e quatro documentos anexos (anexo I, relativo ao item nove; anexo II, relativo ao item dez; anexo III, relativo ao item onze e anexo IV, relativo ao item treze), apenas utilizadas no anverso, que eu *faia*

Adriana Sanches
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 30 / 11 / 2017 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas sele da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Fagundes